

1.000

QUESTÕES PARA O

MPU

TÉCNICO - ADMINISTRAÇÃO

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA	13
→ ORTOGRAFIA - CASOS GERAIS E EMPREGO DAS LETRAS.....	13
→ ACENTUAÇÃO.....	13
→ FORMAÇÃO E ESTRUTURA DAS PALAVRAS.....	14
→ ARTIGO	14
→ SUBSTANTIVO	14
→ ADJETIVO	14
→ CONJUGAÇÃO. RECONHECIMENTO E EMPREGO DOS MODOS E TEMPOS VERBAIS.....	15
→ PRONOMES PESSOAIS.....	15
→ PRONOMES DE TRATAMENTO.....	16
→ PRONOMES POSSESSIVOS.....	17
→ SINÔNIMOS E ANTÔNIMOS	17
→ HOMÔNIMOS E PARÔNIMOS	18
→ PONTUAÇÃO (PONTO, VÍRGULA, TRAVESSÃO, ASPAS, PARÊNTESES, ETC).....	19
→ REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL (CASOS GERAIS).....	23
→ CRASE.....	24
→ CONCORDÂNCIA (VERBAL E NOMINAL).....	27
→ INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS (COMPREENSÃO).....	30
→ TIPOLOGIA E GÊNERO TEXTUAL.....	41
→ GABARITO	44
NOÇÕES DE SUSTENTABILIDADE.....	47
→ DIREITO AMBIENTAL - RELATÓRIO BRUNDTLAND (NOSSO FUTURO COMUM).....	47
→ LEI COMPLEMENTAR Nº 140/2011 - COOPERAÇÃO.....	47
→ CONCEITOS DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (ARTS. 1º E 2º DA LEI Nº 9.985/00).....	50
→ CATEGORIAS DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (ARTS. 7º A 21 DA LEI Nº 9.985/00).....	50
→ CRIAÇÃO E GESTÃO DAS UCS (ARTS. 22 A 36 DA LEI Nº 9.985/00 E ARTS. 2º A 40 DO DEC. Nº 4.340/02) ...	51
→ LEI Nº 12.305/2010 - POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS	52
→ LEI Nº 12.187/2009 - POLÍTICA NACIONAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA	54
→ AGENDA AMBIENTAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (A3P).....	56
→ ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE.....	56

→ NOÇÕES GERAIS (ORDEM SOCIAL).....	57
→ DO MEIO AMBIENTE (ART. 225 DA CF/1988)	57
→ DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	60
→ LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL ESPECIAL - DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º A 5º DA LEI Nº 9.605/1998).....	60
→ DA APLICAÇÃO DA PENA (ARTS. 6º A 24 DA LEI Nº 9.605/1998)	61
→ DOS CRIMES CONTRA A FAUNA (ARTS. 29 A 37 DA LEI Nº 9.605/1998)	62
→ DOS CRIMES CONTRA A FLORA (ARTS. 38 A 53 DA LEI Nº 9.605/1998).....	63
→ DA POLUIÇÃO E OUTROS CRIMES AMBIENTAIS (ARTS. 54 A 61 DA LEI Nº 9.605/1998).....	64
→ DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO AMBIENTAL (ARTS. 66 A 69 DA LEI Nº 9.605/1998)	64
→ GABARITO	65

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS E DE ACESSIBILIDADE67

→ CONCEITOS, HISTÓRICO E GERAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS	67
→ DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS (DUDH)	67
→ PACTO INTERNACIONAL DOS DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS (PIDCP)	71
→ PACTO INTERNACIONAL SOBRE DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS (PIDESC)	71
→ SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS	71
→ FONTES, CLASSIFICAÇÃO E PRINCÍPIOS DOS DIREITOS HUMANOS INTERNACIONAIS	73
→ AGENDA 2030 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	74
→ DEVERES DOS ESTADOS E DIREITOS PROTEGIDOS (ARTS. 1º A 32 DA CIDH-OAS).....	78
→ CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (DECRETO Nº 6.949/2009)	78
→ CONVENÇÃO INTERAMERICANA PARA PREVENIR, PUNIR E ERRADICAR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER (DEC. 1973/06).....	79
→ CONVENÇÃO INTERAMERICANA CONTRA O RACISMO E DISCRIMINAÇÃO RACIAL (DECRETO Nº 10.932/2022)	79
→ DECRETO Nº 7.037/2009 - PNDH-3	80
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º AO 3º DA LEI Nº 13.146/2015).....	81
→ DO ACESSO À JUSTIÇA (ARTS. 79 A 87 DA LEI Nº 13.146/2015)	82
→ DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (ARTS. 1º A 5º DA LEI Nº 12.288/2010).....	82
→ DISPOSIÇÃO PRELIMINAR (ART. 47 DA LEI Nº 12.288/2010)	83
→ DIREITOS DE ORIENTAÇÃO SEXUAL.....	83
→ LEI Nº 10.048/2000 - ATENDIMENTO PRIORITÁRIO	83
→ LEI Nº 10.098/2000 - ACESSIBILIDADE DOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA	84
→ DECRETO Nº 5.296/2004 - REGULAMENTA AS LEIS Nº 10.048/2000 E Nº 10.098/2000	85
→ DIREITOS HUMANOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	85
→ GABARITO	87

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL..... 89

→ DAS DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º A 36 DA LC Nº 75/1993)	89
--	----

→ DOS RAMOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO (ARTS. 37 A 181 DA LC Nº 75/1993).....	91
→ DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS (ARTS. 266 A 295) E TÓPICOS MESCLADOS DA LO MPU.....	91
→ GABARITO	92

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL..... 93

→ DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO (ARTS. 1º A 4º DA CF/1988).....	93
→ DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (ART. 5º DA CF/1988).....	93
→ DIREITOS SOCIAIS E DOS TRABALHADORES (ARTS. 6º E 7º DA CF/1988).....	94
→ DIREITOS COLETIVOS DOS TRABALHADORES (ARTS. 8º A 11 DA CF/1988).....	94
→ ESPÉCIES DE NACIONALIDADE (BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS).....	95
→ DISTINÇÕES CONSTITUCIONAIS ENTRE BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS.....	95
→ PERDA DA NACIONALIDADE	95
→ EXTRADIÇÃO, DEPORTAÇÃO, EXPULSÃO E BANIMENTO (DA NACIONALIDADE)	95
→ SOBERANIA POPULAR (VOTO, PLEBISCITO, REFERENDO, INICIATIVA POPULAR), ALISTAMENTO E ELEGIBILIDADE.....	96
→ INELEGIBILIDADES (DIREITOS POLÍTICOS).....	96
→ PERDA E SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS.....	96
→ DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA (ARTS. 18 E 19 DA CF/1988).....	97
→ UNIÃO: BENS E COMPETÊNCIAS EXCLUSIVAS, PRIVATIVAS, COMUNS E CONCORRENTES (ARTS. 20 A 24 DA CF/1988).....	102
→ ESTADOS FEDERADOS - ORGANIZAÇÃO, COMPETÊNCIAS, BENS (ARTS. 25 A 28 DA CF/1988).....	102
→ MUNICÍPIOS - ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIAS (ARTS. 29 A 31 DA CF/1988).....	103
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ARTS. 37 E 38 DA CF/1988).....	104
→ DOS SERVIDORES PÚBLICOS (ARTS. 39 A 41 DA CF/1988).....	104
→ DO CONGRESSO NACIONAL (ARTS. 44 A 47 DA CF/1988).....	105
→ DAS ATRIBUIÇÕES DO CONGRESSO NACIONAL (ARTS. 48 A 50 DA CF/1988).....	105
→ DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (ART. 51 DA CF/1988).....	106
→ DO SENADO FEDERAL (ART. 52 DA CF/1988).....	106
→ DO PRESIDENTE E VICE PRESIDENTE DA REPÚBLICA (ARTS. 76 A 83 DA CF/1988).....	106
→ DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA (ART. 84 DA CF/1988).....	107
→ ÓRGÃOS DO PODER JUDICIÁRIO (ART. 92 DA CF/1988).....	108
→ DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - STF (ARTS. 101 A 103 DA CF/1988).....	108
→ DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ (ART. 103-B DA CF/1988).....	108
→ DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ (ARTS. 104 E 105 DA CF/1988).....	108
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (SEGURIDADE SOCIAL, ARTS. 194 E 195 DA CF/1988).....	109
→ DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (ARTS. 201 E 202 DA CF/1988).....	109
→ GABARITO	109

NOÇÕES DE DIREITO PENAL..... 111

→ DIREITO PENAL - LEI PENAL (CONCEITO, CLASSIFICAÇÃO, CARACTERÍSTICAS, INTERPRETAÇÃO).....	111
→ CONFLITOS DE LEIS PENAIS NO TEMPO (ARTS. 1º E 2º DO CP).....	111

→ LEI EXCEPCIONAL OU TEMPORÁRIA (ART. 3º DO CP).....	112
→ TEMPO DO CRIME (ART. 4º DO CP).....	112
→ CONFLITO APARENTE DE NORMAS PENAIAS (ART. 12 DO CP).....	112
→ LUGAR DO CRIME (ART. 6 DO CP).....	113
→ PRINCÍPIO DA TERRITORIALIDADE (ART. 5º DO CP).....	113
→ PRINCÍPIO DA EXTRATERRITORIALIDADE (ART. 7º DO CP).....	113
→ IMPUTABILIDADE PENAL (ARTS. 26 A 28 DO CP).....	114
→ CONCURSO DE PESSOAS (ARTS. 29 A 31 DO CP).....	115
→ PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE: ESPÉCIES, REGIMES E PROGRESSÃO (ARTS. 32 A 42 E 53 DO CP)	115
→ DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS (ARTS. 43 A 48 E 54 A 57 DO CP).....	115
→ DA PENA DE MULTA (ARTS. 49 A 52 E 58 DO CP).....	116
→ DA APLICAÇÃO DA PENA (ARTS. 59 A 68 DO CP).....	116
→ DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA E DA REABILITAÇÃO (ARTS. 93 A 99 DO CP).....	116
→ CAUSAS DE EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE (ARTS. 107 E 120 DO CP)	117
→ DA PRESCRIÇÃO (ARTS. 108 A 119 DO CP).....	117
→ FUNCIONÁRIO PÚBLICO PARA FINS PENAIAS (ART. 327 DO CP).....	117
→ PECULATO (ART. 312 DO CP).....	118
→ PECULATO MEDIANTE ERRO DE OUTREM (ART. 313 DO CP).....	121
→ INSERÇÃO DE DADOS FALSOS EM SISTEMA DE INFORMAÇÕES (ART. 313-A DO CP)	122
→ CONCUSSÃO E EXCESSO DE EXAÇÃO (ART. 316 DO CP)	122
→ CORRUPÇÃO PASSIVA (ART. 317 DO CP).....	122
→ CORRUPÇÃO PASSIVA (ART. 317 DO CP).....	122
→ PREVARICAÇÃO (ARTS. 319 E 319-A DO CP).....	123
→ ADVOCACIA ADMINISTRATIVA (ART. 321 DO CP).....	123
→ VIOLAÇÃO DE SIGILO FUNCIONAL (ART. 325 DO CP).....	123
→ DOS CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL (ART. 328 A 337-A DO CP).....	123
→ DOS CRIMES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS (ARTS. 337-E A 337-P DO CP).....	124
→ DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA (ARTS. 338 A 359 DO CP).....	124
→ DOS CRIMES CONTRA AS FINANÇAS PÚBLICAS (ARTS. 359-A A 359-H DO CP)	125
→ LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL ESPECIAL - LEI Nº 7.716/1989 - CRIMES DE PRECONCEITO DE RAÇA OU COR.....	125
→ LEI Nº 13.869/2019 - LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE (ANTIGA LEI Nº 4.898/1965).....	127
→ GABARITO	130

DIREITO ADMINISTRATIVO 131

→ DIREITO ADMINISTRATIVO - PRINCÍPIOS EXPRESSOS, EXPLÍCITOS OU CONSTITUCIONAIS.....	131
→ PRINCÍPIOS IMPLÍCITOS, RECONHECIDOS E INFRACONSTITUCIONAIS.....	131
→ ELEMENTOS, REQUISITOS E PRESSUPOSTOS (ATOS ADMINISTRATIVOS).....	132
→ ATRIBUTOS OU CARACTERÍSTICAS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS.....	132
→ ATOS ADMINISTRATIVOS: ESPÉCIES, CLASSIFICAÇÃO, FASES DE CONSTITUIÇÃO	132

→ DESFAZIMENTO DO ATO ADMINISTRATIVO (ANULAÇÃO, REVOGAÇÃO, CASSAÇÃO, CADUCIDADE, CONTRAPOSIÇÃO).....	133
→ PODER REGULAMENTAR.....	133
→ PODER HIERÁRQUICO	133
→ PODER DISCIPLINAR	134
→ PODER DE POLÍCIA.....	134
→ ABUSO DE PODER: EXCESSO DE PODER E DESVIO DE FINALIDADE (PODERES DA ADMINISTRAÇÃO).....	135
→ ADMINISTRAÇÃO DIRETA (ÓRGÃOS PÚBLICOS)	135
→ ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	135
→ AGÊNCIAS REGULADORAS E EXECUTIVAS	136
→ CONCEITOS INICIAIS E TEORIAS DA RESPONSABILIDADE.....	137
→ RESPONSABILIDADE OBJETIVA DAS EMPRESAS ESTATAIS E DAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS.....	137
→ CLASSIFICAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	138
→ CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO: CONCEITOS, PRINCÍPIOS, ABRANGÊNCIA E CLASSIFICAÇÕES.....	138
→ CONCEITO PARA AGENTES PÚBLICOS	138
→ CLASSIFICAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS	139
→ FUNÇÕES, CARGOS E EMPREGOS PÚBLICOS.....	139
→ DO REGIME DISCIPLINAR (ARTS. 116 A 142 DA LEI Nº 8.112/1990).....	140
→ DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR (ARTS. 143 A 182 DA LEI Nº 8.112/1990)	140
→ DAS DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º A 8º-A DA LEI Nº 8.429/1992).....	140
→ DOS ATOS DE IMPROBIDADE (ARTS. 9º A 11 DA LEI Nº 8.429/1992).....	141
→ DAS PENAS (ART. 12 DA LEI Nº 8.429/1992).....	141
→ DA DECLARAÇÃO DE BENS (ART. 13 DA LEI Nº 8.429/1992).....	141
→ DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO E DO PROCESSO JUDICIAL (ARTS. 14 A 18-A DA LEI Nº 8.429/1992).....	142
→ DAS DISPOSIÇÕES PENAIS (ARTS. 19 A 22 DA LEI Nº 8.429/1992)	143
→ DA PRESCRIÇÃO (ARTS. 23 A 23-C DA LEI Nº 8.429/1992)	143
→ DISPOSIÇÕES GERAIS, DIREITOS E DEVERES DO ADMINISTRADO (ARTS. 1º A 4º DA LEI Nº 9.784/1999).....	143
→ DA COMPETÊNCIA (ARTS. 11 A 17 DA LEI Nº 9.784/1999).....	144
→ PRINCÍPIOS (ART. 5º DA LEI Nº 14.133/2021).....	144
→ OBJETIVOS, FASES E FORMALIDADES (ARTS. 11 A 17 DA LEI Nº 14.133/2021).....	145
→ MODALIDADES DE LICITAÇÃO (ARTS. 28 A 32 DA LEI Nº 14.133/2021).....	145
→ FASES DA LICITAÇÃO - JULGAMENTO, HABILITAÇÃO E ENCERRAMENTO (ARTS. 55 A 71 DA LEI Nº 14.133/2021)	146
→ CONTRATAÇÃO DIRETA, INEXIGIBILIDADE E DISPENSA (ARTS. 72 A 75 DA LEI Nº 14.133/2021).....	146
→ CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. FORMALIZAÇÃO DOS CONTRATOS (ARTS. 89 A 95 DA LEI Nº 14.133/2021)	147
→ EXECUÇÃO DOS CONTRATOS (ARTS. 115 A ART. 123 DA LEI Nº 14.133/2021)	147
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º A 5º DA LEI Nº 12.527/2011).....	147
→ DO ACESSO A INFORMAÇÕES E DA SUA DIVULGAÇÃO (ARTS. 6º A 9º DA LEI Nº 12.527/2011)	148
→ DO PROCEDIMENTO DE ACESSO À INFORMAÇÃO (ARTS. 10 A 20 DA LEI Nº 12.527/2011).....	148

→ DAS RESTRIÇÕES DE ACESSO À INFORMAÇÃO (ARTS. 21 A 31 DA LEI Nº 12.527/2011)	149
→ DOS REQUISITOS PARA O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS (ARTS. 7º AO 10 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD).....	150
→ DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS (ARTS. 11 AO 13 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD)	151
→ DOS DIREITOS DO TITULAR (ARTS. 17 AO 22 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD)	151
→ DAS REGRAS PARA TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS (ARTS. 23 AO 30 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD)	152
→ DO CONTROLADOR E DO OPERADOR (ARTS. 37 AO 40 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD).....	152
→ DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ARTS. 52 AO 54 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD).....	152
→ GABARITO	153

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....155

→ ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS MATERIAIS - NOÇÕES DE GESTÃO DE ESTOQUES	155
→ PREVISÃO PARA ESTOQUES.....	157
→ PLANEJAMENTO E CONTROLE DE ESTOQUES	158
→ EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E EFETIVIDADE	159
→ ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA - INTRODUÇÃO AO PROCESSO DE PLANEJAMENTO (DIRETRIZES, PRINCÍPIOS, CARACTERÍSTICAS, ETAPAS, NÍVEIS)	160
→ PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	161
→ BALANCED SCORECARD (BSC)	162
→ PLANEJAMENTO TÁTICO	163
→ PLANEJAMENTO OPERACIONAL.....	163
→ DESENHO ORGANIZACIONAL (CONCEITOS, TIPOS, CENTRALIZAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO).....	164
→ DEPARTAMENTALIZAÇÃO (CONCEITOS E TIPOS).....	165
→ INTRODUÇÃO AO PROCESSO DE DIREÇÃO (CONCEITO E CARACTERÍSTICAS).....	166
→ LIDERANÇA	167
→ GESTÃO DE CONFLITOS.....	168
→ PROCESSO DE CONTROLE E AVALIAÇÃO.....	171
→ GESTÃO POR COMPETÊNCIAS	171
→ GABARITO	172

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA175

→ A ATIVIDADE FINANCEIRA DO ESTADO.....	175
→ NORMAS GERAIS DE DIREITO FINANCEIRO	175
→ FUNÇÕES DE GOVERNO.....	175
→ CONCEITO E NATUREZA JURÍDICA DO ORÇAMENTO PÚBLICO	176
→ TIPOS DE ORÇAMENTO PÚBLICO (EXECUTIVO, LEGISLATIVO, MISTO).....	177
→ ASPECTOS/DIMENSÕES DO ORÇAMENTO PÚBLICO (JURÍDICO, POLÍTICO, SOCIAL, ETC).....	177
→ TÉCNICAS/ESPÉCIES ORÇAMENTÁRIAS (ORÇAMENTO PROGRAMA, TRADICIONAL, PARTICIPATIVO, BASE ZERO, ETC).....	178
→ PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS	179

→ PPA - PLANO PLURIANUAL (CF/1988 E LEI Nº 4.320/1964).....	181
→ LDO - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (CF/1988 E LEI Nº 4.320/1964).....	183
→ LOA - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (CF/1988 E LEI Nº 4.320/1964).....	184
→ VEDAÇÕES CONSTITUCIONAIS EM MATÉRIA ORÇAMENTÁRIA (ART. 167 DA CF/1988).....	185
→ CONCEITOS GERAIS (ORÇAMENTÁRIA E EXTRAORÇAMENTÁRIA, AFETAÇÃO PATRIMONIAL, REGULARIDADE, COERCITIVIDADE)	187
→ CLASSIFICAÇÃO POR NATUREZA DA RECEITA	188
→ CONCEITOS GERAIS SOBRE DESPESA PÚBLICA.....	190
→ CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA.....	190
→ ESTÁGIOS DA DESPESA PÚBLICA.....	191
→ DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (DEA)	191
→ REGIME DE ADIANTAMENTO	192
→ CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL (CPGF).....	192
→ GABARITO	193

DIREITO ADMINISTRATIVO

→ DIREITO ADMINISTRATIVO - PRINCÍPIOS EXPRESSOS, EXPLÍCITOS OU CONSTITUCIONAIS

1. (FGV – 2024) Quando a função administrativa é exercida com presteza e rendimento funcional, alcançando resultados positivos para o exercício das respectivas atribuições, de modo satisfatório para a coletividade, tem-se o atendimento de determinado princípio expresso no Art. 37, caput, da Constituição da República.

Trata-se do princípio da:

- a) eficácia;
- b) eficiência;
- c) publicidade;
- d) operabilidade;
- e) economicidade.

2. (FGV – 2024) João, leitor muito ativo, verificou que a emenda constitucional nº 19/1998 incluiu um novo princípio no art. 37, caput, da Constituição Federal, com o objetivo de substituir a Administração Pública burocrática, existente até então, por um modelo de Administração Pública gerencial ou de resultados.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominante, é correto afirmar que se está diante de uma manifestação do princípio da

- a) impessoalidade.
- b) moralidade.
- c) publicidade.
- d) legalidade.
- e) eficiência.

3. (FGV – 2022) Considere as situações a seguir:

1. O prefeito do município X coloca o seu nome no parque público construído em sua gestão.
2. O Ministro da Justiça age em desconformidade com o previsto por Medida Provisória.
3. O chefe de departamento da Secretaria de Fazenda do Estado Y nomeia seu filho, formado em artes cênicas, para um cargo comissionado de assessoramento jurídico.

À luz dos princípios administrativos que regem a Administração Pública, é correto afirmar que, nas situações apresentadas, foram violados, respectivamente, os princípios da

- a) impessoalidade, legalidade e moralidade.
- b) eficiência, moralidade e impessoalidade.
- c) moralidade, publicidade e eficiência.
- d) publicidade, moralidade e legalidade.
- e) moralidade, impessoalidade e publicidade.

4. (FGV – 2019) No exercício de suas atribuições, o agente público deve considerar que, além de agir conforme a legalidade, seus atos devem ser executados com presteza, perfeição e rendimento funcional, em consonância com o princípio constitucional

- a) da moralidade.
- b) da eficiência.
- c) da proporcionalidade.
- d) da razoabilidade.
- e) da finalidade

→ PRINCÍPIOS IMPLÍCITOS, RECONHECIDOS E INFRACONSTITUCIONAIS

5. (FGV – 2024) Os princípios expressos e implícitos no ordenamento jurídico são de crucial relevância no estudo do Direito Administrativo. Dentre aqueles que resultam implícitos na Constituição da República, amplamente reconhecidos pela jurisprudência dos Tribunais Superiores, estão os seguintes:

- a) tutela da confiança e eficiência;
- b) impessoalidade e transparência;
- c) supremacia do interesse público e tutela da confiança;
- d) indisponibilidade do interesse público e publicidade;
- e) moralidade e supremacia do interesse público.

6. (FGV – 2024) Para além dos princípios previstos expressamente no Art. 37, caput, da CRFB/1988, as normas que versam sobre direito administrativo costumam elencar outros princípios relacionados às respectivas matérias (setoriais), tal como se observa no Art. 2º da Lei nº 9.784/1999, que trata do processo administrativo, e no Art. 5º da Lei nº 14.133/2021, que trata de licitações e contratos.

Nesse contexto, os princípios que NÃO estão no aludido dispositivo constitucional, mas que constam textualmente das referidas normas, são, respectivamente:

- a) impessoalidade e vinculação ao edital;
- b) segregação de funções e moralidade;
- c) motivação e publicidade;
- d) proporcionalidade e planejamento;
- e) probidade administrativa e eficiência.

7. (FGV – 2022) Os princípios administrativos são fundamentais no balizamento da atuação da Administração Pública, oferecendo regras tanto limitativas como permissivas de gestão.

Com base no estabelecido pelo princípio da Autotutela, é correto afirmar que

- a) as entidades administrativas devem subordinar-se às decisões e orientações das entidades políticas à qual estão vinculadas.
- b) a Administração Pública pode revogar seus próprios atos quando inconvenientes ou inoportunos.
- c) a Administração Pública tem autonomia para realizar quaisquer ações não proibidas em lei.
- d) o interesse público está a livre disposição dos gestores públicos que tenham sido investidos regularmente em função comissionada.
- e) a proteção ao direito adquirido, coisa julgada e ato jurídico perfeito é absoluto em caso de prescrição administrativa.

→ ELEMENTOS, REQUISITOS E PRESSUPOSTOS (ATOS ADMINISTRATIVOS)

8. (FGV – 2024) Em decorrência de razões de interesse público, certa autoridade administrativa, no regular exercício de suas atribuições, promoveu a remoção do servidor Aurélio, calçada em critérios objetivos, válidos e idôneos à realização do ato, considerando, ainda, a premente necessidade de servidores na lotação de destino, mas não formalizou, prontamente, a devida motivação de tal ato.

Aurélio tem conhecimento de que não houve favoritismos ou perseguições, pois, de acordo com as regras estabelecidas, ele era, realmente, o servidor que poderia ser removido na aludida situação, mas está inconformado com o mencionado ato, pois estava satisfeito no local em que trabalhava, de modo que pretende suscitar que a ausência de justificativa caracteriza defeito insanável do ato administrativo.

Nesse contexto, a ausência de motivação na aludida remoção corresponde a vício no elemento:

- a) forma;
- b) motivo;
- c) objeto;
- d) competência;
- e) finalidade.

9. (FGV – 2024) João, agente público, realiza fiscalização de rotina em diversos estabelecimentos comerciais, apreendendo dezenas de quilos de alimentos vencidos, inclusive em um restaurante muito famoso no município do Rio de Janeiro. Ao final do dia, João concede uma entrevista a um grande veículo de comunicação, afirmando que a atuação do Poder Público visou à proteção do interesse público primário.

Segundo os entendimentos doutrinário e jurisprudencial dominantes, é correto afirmar que o atendimento do interesse público consiste no(na):

- a) motivação do ato administrativo;
- b) finalidade do ato administrativo;
- c) motivo do ato administrativo;
- d) forma do ato administrativo;
- e) objeto do ato administrativo.

→ ATRIBUTOS OU CARACTERÍSTICAS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

10. (FGV – 2024) Diversas pessoas, insatisfeitas com a crise econômica vivenciada no Estado Alfa, resolveram fechar ruas para protestar contra o governo. Após horas de manifestação pacífica, a passeata se tornou violenta, com a depredação do patrimônio público. Em assim sendo, dezenas de policiais militares foram convocados, pondo fim aos eventos.

Considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes, os policiais militares puderam interromper a passeata, mesmo sem a manifestação do Poder Judiciário, em razão da:

- a) presunção relativa de veracidade dos atos administrativos;
- b) autoexecutoriedade dos atos administrativos;
- c) imperatividade dos atos administrativos;
- d) coercibilidade dos atos administrativos;
- e) exigibilidade dos atos administrativos.

11. (FGV – 2024) Ao verificar que certos dados relativos à sociedade Alfa constantes de determinado banco de dados de órgão integrante da Administração Pública não são condizentes com a realidade, seus representantes foram informados de que caberia à sociedade o ônus de demonstrar eventual equívoco atinente a tais informações, em decorrência de certo atributo dos atos administrativos.

Nessa situação hipotética, o aludido atributo é o da:

- a) imperatividade;
- b) autoexecutoriedade;
- c) heteroexecutoriedade;
- d) presunção de veracidade;
- e) indisponibilidade do interesse público.

12. (FGV – 2022) Observadas as cautelas legais, o Tribunal de Contas do Estado Beta aplicou multa ao gestor José, por ter sonegado documentos que lhe foram requisitados pela Corte de Contas para instruir determinado processo.

De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, a aplicação de tal multa decorre do atributo do ato administrativo consistente em meio indireto de coação do Tribunal de Contas sobre José conhecido como:

- a) exigibilidade, mas a cobrança de tal multa não pode ser feita com base no atributo da autoexecutoriedade;
- b) autoexecutoriedade, e a cobrança de tal multa pode ser feita com base no atributo da imperatividade;
- c) coercibilidade, e a cobrança de tal multa pode ser feita com base no atributo da exigibilidade;
- d) autoexecutoriedade, mas a cobrança de tal multa não pode ser feita com base no atributo da imperatividade;
- e) presunção de legitimidade, e a cobrança de tal multa pode ser feita com base no atributo da coercibilidade.

→ ATOS ADMINISTRATIVOS: ESPÉCIES, CLASSIFICAÇÃO, FASES DE CONSTITUIÇÃO

13. (FGV – 2021) Ato administrativo é todo aquele que tem por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar ou extinguir direitos, ou impor obrigações aos administrados.

Em relação às espécies de Atos Administrativos, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

() Admissão é o ato bilateral pelo qual a administração é obrigada a aceitar a inclusão de alguém em estabelecimento governamental para exercício de um serviço público.

() Licença é o ato vinculado, unilateral, pelo qual a administração faculta a alguém o exercício de uma atividade, uma vez demonstrado pelo interessado o preenchimento dos requisitos legais exigidos.

() Homologação é o ato vinculado pelo qual a administração concorda com o ato jurídico já praticado, uma vez verificada sua adequação aos requisitos legais condicionadores.

As afirmativas são, respectivamente, na ordem apresentada,

- a) V - F - F.
- b) F - V - V.
- c) F - F - V.
- d) V - V - F.
- e) V - V - V.

→ DESFAZIMENTO DO ATO ADMINISTRATIVO (ANULAÇÃO, REVOGAÇÃO, CASSAÇÃO, CADUCIDADE, CONTRAPOSIÇÃO)

14. (FGV – 2024) A autoridade competente no âmbito da atividade de controle sugeriu a revogação de todos os atos administrativos que não mais atendam ao interesse público, mas foi indagada acerca da existência de atos que não seriam passíveis de tal modalidade de extinção.

Diante dessa situação hipotética, é correto afirmar que:

- a) todos os atos administrativos são passíveis de revogação;
- b) apenas os atos vinculados são passíveis de revogação;
- c) nenhum ato administrativo é passível de revogação;
- d) somente os atos discricionários são passíveis de revogação;
- e) apenas os atos administrativos que já exauriram os seus efeitos não podem ser revogados.

15. (FGV – 2023) 1º cenário: Guilherme, professor de educação física, verificando o grande interesse dos alunos pelo beach tennis, obteve, por meio de um ato administrativo, a concordância da Administração Pública para utilizar, de forma privativa, uma faixa de areia na praia de Cambinhas, em Niterói, justamente para lecionar o esporte aos interessados. Quatro meses após os fatos, é editada uma legislação, proscrevendo a utilização privativa de faixas de areias nas praias.

2º cenário: a sociedade empresária Roger e Pipa Materiais de Construção Ltda. celebrou um contrato administrativo com o Município de Niterói. No curso da avença, a contratada descumpriu os termos contratuais de forma grave.

Nos cenários delimitados, é correto afirmar que a extinção do ato administrativo e a extinção do contrato administrativo dar-se-ão, respectivamente, por intermédio dos seguintes institutos jurídicos:

- a) revogação do ato administrativo e rescisão do contrato administrativo;
- b) caducidade do ato administrativo e caducidade do contrato administrativo;
- c) anulação do ato administrativo e caducidade do contrato administrativo;
- d) caducidade do ato administrativo e rescisão do contrato administrativo;
- e) rescisão do ato administrativo e rescisão do contrato administrativo.

16. (FGV – 2022) A Administração Pública pode

- a) anular os próprios atos, se estiverem eivados de nulidade, desde que isso não atinja a segurança jurídica.
- b) anular os próprios atos, se estiverem eivados de nulidade, a qualquer tempo.
- c) revogar os próprios atos, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.
- d) revogar os próprios atos, por motivo de conveniência ou oportunidade, sem que isso possa gerar quaisquer direitos.

→ PODER REGULAMENTAR

17. (FGV – 2024) O Congresso Nacional, após a observância das formalidades legais, aprovou um determinado projeto de lei de interesse do setor cultural do país. Em assim sendo, o Presidente da República sancionou, promulgou e publicou a legislação. Em seguida, o Chefe do Poder Executivo em âmbito federal editou um decreto, com o objetivo de garantir a fiel execução da lei que foi aprovada pelo Poder Legislativo. Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes, é correto afirmar que o Chefe do Poder Executivo agiu de forma

- a) inválida, pois ele somente poderia ter editado o decreto, para garantir a fiel execução da legislação, caso o Poder Legislativo não o fizesse, permanecesse omissivo por prazo juridicamente relevante.
- b) inválida, pois a edição de decretos, para garantir a fiel execução das leis, compete ao Poder Legislativo.
- c) válida, sendo uma manifestação do poder normativo.
- d) válida, sendo uma manifestação do poder disciplinar.
- e) válida, sendo uma manifestação do poder de polícia.

18. (FGV – 2023) Janderson e Rosângela são amigos de longa data e estavam estudando juntos para certo concurso público em âmbito federal, quando decidiram se aprofundar na temática atinente ao decreto autônomo, concluindo ambos corretamente que se trata da edição de ato normativo pelo Presidente da República

- a) para a fiel execução da lei.
- b) que não tem qualquer respaldo constitucional.
- c) que é considerado contrário à lei.
- d) que não pode impor obrigações nem restringir direitos.
- e) que inova no ordenamento jurídico e busca o seu fundamento de validade diretamente na Constituição.

19. (FGV – 2021) A Lei Municipal de Aracaju nº 5.203, de 11/06/19, dispõe sobre a proibição de fornecimento de canudos confeccionados em material plástico nos locais que especifica. Com vistas a garantir a efetiva aplicação de tal lei, o prefeito municipal editou o Decreto nº 6.027, de 10/12/19 para regulamentá-la.

No caso em tela, a conduta do prefeito está calcada no poder administrativo:

- a) legislativo, que tem por objetivo garantir a aplicação concreta da lei, inclusive podendo inovar no ordenamento jurídico;
- b) normativo, que estabelece regras gerais e abstratas para assegurar a execução da lei, minudenciando seus termos;
- c) hierárquico, exercido pelo Poder Executivo sobre o Legislativo, a fim de fazer valer as normas legais;
- d) disciplinar, exercido pelo Poder Executivo para reger e limitar os direitos na vida em sociedade;
- e) legiferante, que lhe faculta complementar, alterar ou retificar as normas editadas pelo Poder Legislativo.

→ PODER HIERÁRQUICO

20. (FGV – 2024) Ao aprofundar os seus estudos acerca do direito administrativo, Carlota observou que existem diversas manifestações do poder hierárquico, entre as quais é correto apontar

- a) a avocação temporária de competência.
- b) o embargo de obra que esteja em desacordo com o ordenamento.
- c) o deferimento de uma licença profissional.
- d) a aplicação de multa à concessionária de serviço público.
- e) o recurso administrativo dirigido para a autoridade competente da Administração Direta contra decisão de autarquia.